

Governo vai propor alta de impostos sobre a renda em 2025

Governo vai propor alta de dois impostos em 2025

Elevação de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) estará no projeto de lei orçamentária que será enviado ao Congresso na semana que vem, revela o ministro Fernando Haddad

THAÍS BARCELLOS
E BERNARDO LIMA
BRASILIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2025 será enviado ao Congresso na próxima semana com propostas de aumento de impostos sobre a renda envolvendo o Juro sobre Capital Próprio (JCP) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O JCP é uma forma de distribuição de lucro, sobre o qual o acionista paga Imposto de Renda. E a CSLL é um tributo sobre o lucro das empresas.

Segundo o ministro, as medidas virão junto do Orçamento por "obrigação legal", de modo a garantir a compensação da receita com a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra e de municípios de até 156 mil habitantes em 2025. Haddad disse, porém, que o governo vai esperar até o fim do ano para verificar se

as medidas já aprovadas no Senado serão suficientes.

Nesta semana, o Senado aprovou um projeto de lei que mantém a desoneração em 2024. O projeto também prevê uma reoneração gradual a partir do ano que vem. O texto, de autoria do senador licenciado Efraim Filho (União-PB), agora vai para votação na Câmara.

LISTA DE MEDIDAS

O projeto, cujo relator foi o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), lista também medidas para compensar eventuais perdas de arrecadação, como repatriação de recursos no exterior e atualização do valor de bens imóveis no Imposto de Renda.

— Nós discutimos JCP e CSLL, que são as medidas que nós consideramos mais adequadas, caso a receita estimada pelo Senado não se realize. Nós vamos encaminhar junto ao PLOA por obrigação legal, porque a nossa compreensão é que talvez não performe — disse Haddad, referindo-se ao



Aperto. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que alta de impostos virá no Orçamento por "brigação legal"

pacote de medidas já aprovadas no Senado.

O governo chegou a propor aumento das alíquotas da CLSS e do IR cobrado sobre as pessoas físicas pelos recursos do JCP. Mas as sugestões enfrentaram resis-

tência no Congresso, o que levou o relator a recuar.

O ministro negou que os projetos que virão junto com o PLOA são uma antecipação da Reforma Tributária da renda — que deve ser proposta ainda neste ano.

— Não temos a intenção de usar a reforma da renda pra fechar o Orçamento. Qualquer acréscimo de imposto sobre renda vai ser compensado com imposto sobre consumo. O objetivo é que a reforma seja neutra.

Nas vésperas do envio do Orçamento de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou sobre um "duplo risco" para o cumprimento da meta fiscal em 2025, que prevê um déficit zero. Para o tribunal, as estimativas de receita são muito otimistas e há chance de surpresa com as despesas obrigatórias.

ARRECAÇÃO BATE RECORDE

Ontem, a Receita divulgou que a arrecadação atingiu mais um recorde e somou R\$ 231,04 bilhões em julho, alta de 9,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi a maior entrada de recursos para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a julho, a receita somou R\$ 1,5 trilhão, alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023 e também é um recorde para os primeiros sete meses do ano. Os resultados acontecem após o governo ter adotado uma série de medidas para reforçar a arrecadação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 17